

## MCPCP entregou petição na AR 24 mil assinaturas

**O Movimento de Cidadãos Pró-Cuidados Paliativos (MCPCP) foi recebido pelo Dr. Mota Amaral, Presidente da Assembleia da República, no passado dia 26, a quem entregou uma petição com 24 mil assinaturas, na qual se reclama a consagração na Constituição do direito de todos os cidadãos aos cuidados paliativos**

A delegação do MCPCP esteve reunida com o Presidente da Assembleia da República, perante quem defenderam a reformulação que o ponto 3 do artigo 64.º da Constituição. («Garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da Medicina preventiva, curativa e de reabilitação») deverá englobar os cuidados paliativos.

A petição neste sentido, de acordo com este movimento de cidadania, superou todas as expectativas, uma vez que se pretendia inicialmente recolher quatro mil assinaturas, de modo a garantir o debate da matéria em plenário da Assembleia da República, mas, de acordo com a Dr.ª Ana Cabral, Coordenadora do MCPCP, o número de assinaturas recolhidas ao longo de três semanas excedeu em 20 mil o pretendido.

No final do encontro, em declarações à Comunicação Social, a mesma responsável deu mostras de

algum optimismo, afirmando que parte da «missão» já foi cumprida. Como tal, defendeu, ainda há uma réstea de esperança na resolução deste problema: «Agora já sabemos que a questão vai ser discutida em plenário da Assembleia da República, foi-nos confirmado pelo Dr. Mota Amaral e por alguns deputados que estavam presentes. A AR dará seguimento ao nosso projecto de defesa do acesso aos cuidados paliativos para todos os cidadãos», disse a Dr.ª Ana

Cabral, recordando a sua experiência pessoal no tocante a este tipo de cuidados de saúde - o ter sido confrontada com o facto de familiares seus necessitarem de cuidados paliativos fê-la «despertar» para esta questão e encetar um movimento reivindicativo.

Segundo a mesma responsável, os critérios de implantação destes cuidados favorecem as zonas mais desenvolvidas do País, o que a leva a afirmar «não ser justo que existam zonas de Portugal onde ainda não é possível aceder aos cuidados paliativos».

A Dr.ª Isabel Galriça Neto, responsável pela Unidade de Cuidados Paliativos do Centro de Saúde de Odivelas, que trata de 600 doentes terminais neste

concelho, subscreveu esta posição, reforçando a urgência em garantir a universalidade dos cuidados paliativos, face à existência de «milhares de doentes

terminais e seus familiares» afectados por circunstâncias que os tornam indispensáveis.

### Ex-Ministra apoia

A propósito da conversa mantida com a deputada do PS Dr.ª Maria de Belém Roseira, ex-Ministra da Saúde, a Dr.ª Isabel Galriça Neto revelou que «a Dr.ª Maria de Belém Roseira está atenta a este problema, e já sabia do interesse e

da prioridade que os cuidados paliativos merecem; não precisava de ser alertada para o problema», e disse sentir-se «orgulhosa» com a solidariedade demonstrada pela antiga Ministra do Governo socialista, mas também por outros deputados, nomeadamente a Dr.ª Clara Carneiro e o Dr. Pinheiro Torres.

Esta médica não rejeita a hipótese de se poder recorrer aos cuidados paliativos no seio das famílias, uma vez que, como explicou, «neste momento, estes doentes já existem, não estamos a inventar nada, e estão a custar muito caro aos SNS (cerca de 50 a 60 mil escudos diários), o que não representaria mal nenhum se estivessem a receber os cuidados adequados, mas não estão; nem sequer estão a poupar no seu sofrimento nem nos custos para o SNS».

Para a Dr.ª Isabel Galriça Neto, o dia 26 de Fevereiro ficará para a «história» do MCPCP como aquele em que «foi dado



A Dr.ª Isabel Galriça Neto não rejeita a hipótese de se poder recorrer aos cuidados paliativos no seio das famílias

mais um longo passo» na «grande caminhada» que ainda falta percorrer para a afirmação definitiva dos cuidados paliativos em Portugal.

**Luis Henriques Antunes**